



ENTRE A LETRA E A ARENA REAL: a Terra de Antonio João

Paulo Sérgio Nolasco dos Santos¹

TERRAS E GENTES

É preciso que este texto comece com uma autocitação, de palestra que proferi há dez anos atrás, em Seminário Internacional², recuperando inclusive sua nota de rodapé:

A morte do índio Marçal de Souza, ilustre representante das questões indigenistas, e que a cada dia faz crescer mais uma às inúmeras páginas sobre o seu assassinato, talvez seja a pedra no meio do caminho de uma das mais atuais dilacerações da região sul-mato-grossense: o suicídio (?), o quase extermínio da população indígena local, que foi, diga-se de passagem, objeto da Exposição de Blanche Torres, na Câmara Municipal de Dourados, em 16/12/1998, sobre o título *Omano che Retame*, ou seja *morte na minha aldeia*.³

Publicado em 1999, em anais do Seminário “Culturas, contextos, discursos: limiares críticos no comparatismo”, o ensaio visava a delinear algumas das manifestações artísticas e culturais que compõem o macrotexto cultural do Estado de MS, com seus componentes de formação discursiva e identitária, refletindo sobre a travessia dos signos do universo socioeconômico e a constituição da identidade, na tessitura da representação cultural da região Centro-Sul do estado e da grande Dourados, especialmente.

¹ Paulo Sérgio Nolasco dos Santos é professor da UFGD.

² Cf. SANTOS. Um *outdoor* invisível: imagens do Pantanal sul-mato-grossense. In: CARVALHAL, 1999, p. 175-183.

³ Sobre as circunstâncias da morte do índio Marçal de Souza, que teve repercussão nacional e internacional, cf. TETILA, 1994, 122p.

Dez anos depois, dentro desta perspectiva, a citação acima retorna com todo o teor de conflito, de crônica de morte anunciada, de revolvimento de questões nunca resolvidas nem esquecidas, e que reacendem hoje os ânimos e ocupam largos espaços nas diversas mídias, na pauta do estado-nação e no dia a dia dos indivíduos, com um impacto muito maior e redobrado pela força e potência dos dez anos, que recobriram de tinta, tanto os sentidos da citação quanto com muito sangue a história recente, trágica, dos povos indígenas no Estado de MS.

Contrastando com a “letra” do Hino do estado, as de várias músicas regionais sul-mato-grossenses, ao mesmo tempo em que retratam, evocam nossa herança pantaneira, nossa história e tradição de povos indígenas (nação guaicuru), atravessados por rica cultura fronteiriça, lindeira com um país de cultura tradicional espanhola, como é o Paraguai, uma cultura que se forma à sombra da história local, e, portanto, com fortes traços de mestiçagem e hibridismo. Seja nas letras de Almir Sater, “Sonhos guaranis” e “Quyquyho”, por exemplo, seja na letra de “Quanta gente”, esta do compositor Zé Du, ou ainda na de “Paiguás”, dentre outras, a representação da identidade cultural mostra-se como um tecido dilacerado, multifacetado – corpo despedaçado: *Quanta gente, tanta/Depioneira coragem/Que te buscou, “Terra Santa”/Com festa e dor na bagagem/Quem foi que expulsou o índio/ Quem lutou com o Paraguai /Quem derrubou a mata/ Quem cultivou Cultivar /Quem “ganhou” latifúndio /Quem veio pra trabalhar / Viu tanto trecho de “Campo Grande” /Grande de admirar /Quem não te viu “Bonito”/ As águas claras de um rio /Um peixe, um tucano, uma onça /Tatu onde é que tu tá /Tanta gente, quanta /Hoje sabe da história tanta / Vivida neste teu solo.*⁴

Essas “letras”, emblematizadoras das outras escrituras, diferentes da do Hino, desvelam escaramuças, trapaças e carborteirices, que as Letras, representadas pela “cidade letrada”, trataram de reluzir com palavras “douradas”, idealizadoras e pela romantização do índio, desde a formação do estado: *Limitando qual novo colosso / O ocidente do imenso Brasil /Eis aqui sempre em flor, Mato Grosso / Nosso berço glorioso e gentil / Eis as terras das minas faiscantes / El dourado como outros não há / Que o valor de imortais bandeirantes / Conquistou o feroz paiguás / Salve terra de amor, terra de ouro / Que sonhara Moreira Cabral/ [...].* Assim, à Letra do Hino corresponderia todo o processo de construção das narrativas que “inventaram” o Novo Mundo, criando o que resultou, através do processo histórico do descobrimento e colonização, na formação da idéia de nação

⁴ Zé Du. “Quanta gente”. In: Documentário da Cultura e da Arte Sul-mato-grossense. Filme. 1 Cd-rom.

e de “cidade letrada”, como relata Ángel Rama em livro indispensável para a análise das microrregiões culturais na América Latina e o conseqüente apagamento das margens da nação.

ESCRITURAS E TRAPAÇAS

Em ensaio que discute as teorias da transculturação e o papel da classe letrada como fundamentos da constituição da idéia de nação, Rachel Lima demonstra, veemente e desalentadoramente, que as visitas do homem branco, civilizado, às Reservas Indígenas, resultam fadadas ao insucesso, pois que o gesto (auto)etnográfico finda testemunhando os impasses da representação do Outro, da alteridade, principalmente quando se trata da inócua tarefa e desejo de recuperação da própria voz indígena:

A impossibilidade de se produzir um relato capaz de garantir a bio-grafia do indivíduo ou da coletividade, a ausência de condições que restituam a integridade dos fatos acontecidos e da cultura de um povo, fazem com que a etnificação acabe se transformando em “autoficção”, ou talvez em “auto-etnografia”, num movimento que registra a inviabilidade de construção de uma obra capaz de romper com a parcialidade de todo e qualquer saber. (LIMA, 2008, p. 114).

Assim, conclui a ensaísta notando a complexidade da questão e o sentimento melancólico subjacente a nossa constante insistência na “representação da impossibilidade da representação”. Ao que restaria, após aprofundada análise da ensaísta, apenas o nosso “deleite”, conjugado pela ineficiência dos meios e inoperância da classe letrada, através de uma enunciação incapaz de resolver o que acontece hoje, por exemplo, no espaço da aldeia indígena de Dourados-MS, onde os resíduos da nação são bem representados pelas “crianças subnutridas das tribos da cidade de Dourados, restando-lhes continuar nos entregando seus corpos, suas vidas, para o bem da literatura.” (LIMA, 2008, p.115).

Com efeito, ao lermos hoje *O Estado de S. Paulo*⁵, que celebra os 100 anos do antropólogo maior, não cessa aquele sentimento de melancolia diante de todo empreendimento no contato com os índios. Lévi Strauss desembarcara, em 1935, no Porto de Santos, para estudar as populações indígenas do Brasil, e a partir daí inicia-se na etnografia, viajando ao Paraná e Goiás e em curta expedição etnográfica ao Pantanal e Cuiabá, pelas terras dos cadiués e dos bororos. Em 1938, lecionando sociologia na USP, realizou uma grande expedição pelos

⁵O Estado de S. Paulo. São Paulo, 23 nov. 2008. Lévi-Strauss – 100 anos. Caderno 2, Cultura, p. 4 a 11 e 14.

sertões de Mato Grosso, seguindo, assim, as rotas das grandes expedições etnográficas (séc. XIX e XX), utilizando como via de acesso a linha telegráfica construída pelo Marechal Rondon, que havia “desbravado” este “velho oeste” brasileiro há 25 anos atrás.⁶

Com o insuportável agravamento da questão indígena, situações de conflito e litígios que se tornam uma constante, agudizados principalmente pelas condições de miserabilidade, entre outros fatores, aqui presentes nas aldeias da região da Grande Dourados, no Centro-Sul do MS, o assunto tornou-se objeto de interesse cotidiano, de debates acalorados, que refletem nosso imaginário estampado nas páginas dos jornais do Estado e em faixas exibidas em frente de prédios e residências da cidade. Essas faixas, em letras garrafais e tinta preta, ao mesmo tempo que divulgam o *slogan* “Produção sim - Demarcação não”, denunciam, na sua ostensiva presença pelas ruas de Dourados, a cidade de Antônio João, a existência de uma ferida nunca cicatrizada, além de refletirem o perverso jogo de forças desiguais, de uma economia de mercado neoliberal, onde muitos são convidados e poucos escolhidos. Fora a tentativa, ainda ingloriosa, dos antropólogos da FUNAI, era de se esperar, também, uma participação maciça e mais ativa das diversas áreas do conhecimento – além dos arqueólogos, dos historiadores, da crítica cultural e de lingüistas –, hoje comprometidas com a perspectiva interdisciplinar, com a transdisciplinaridade. Num contexto de pós-disciplinaridade, a tarefa da reflexão e análise, ao envolver as mais diversas áreas do conhecimento e o uso de fontes e metodologias mais abrangentes possível, deve visar conhecer o processo histórico da sociedade com a qual o investigador estiver trabalhando.⁷ No espaço da crítica cultural, por exemplo, cresce em importância a abordagem que teóricos e professores universitários, sobretudo da área de literatura comparada e dos estudos culturais, realizam a partir da abertura de questões disciplinares e da “transformação de um sistema disciplinar para o pós-disciplinar, no qual é possível conviver com a diluição dos campos de saber.”, como enfatiza a autora de “Crítica cultural em ritmo latino” (SOUZA, 2005, p.242).

Em 1979, em substituição ao já criado estado de MS, o movimento cultural denominado Unidade Guaicuru, que já vinha sendo construído com base na história dos índios guaicuru - os índios cavaleiros de Mato Grosso -, tinha por objetivo promover o gentílico “guaicuru” para os nascidos no estado. Como carro-chefe, à frente do movimento ia o artista plástico Henrique Spengler que,

⁶ Cf. “Trópico da saudade”, de Marcelo Fortaleza FLORES. In: O Estado de S. Paulo. 23/11/2008.

⁷ Cf. LUFT et al. Línguas indígenas: a questão puri-coroado.

aproveitando os ícones e cores da arte kadwéu como elementos constituintes do seu trabalho, se autodenominou um guaicuru legítimo; como se num ato de troca de vestuário, o artista, representando os cidadãos da região, pudesse elaborar o trans / vestimento, a *trans* / versão da representação, então legitimada pelo simples desfilar dos pressupostos ícones de identidade sul-mato-grossense. Não se observou aí que a própria nação guaicuru representava-se por várias tribos e diferentes práticas culturais, conseqüentemente, praticando “entre si profundas divergências culturais.” (FIGUEIREDO *Apud* ZILIANI, 2000, p. 62).

Nos meses que se seguiram à instalação do governo do estado, recém criado, o conjunto musical Grupo Acaba, incorporando elementos pantaneiros – índio, fazendeiro, vaqueiro, fauna, flora –, numa iconografia encomiástica desses valores, chegaram a andar “em caravanas com o governador e seus secretários e assessores”, o que, segundo Ziliani, constituiu uma “verdadeira cruzada fundadora de um *novo tempo*.” (ZILIANI, 2000, p.76). O que se desprende dessas atitudes, no conjunto das ações “orientadas” com vistas a pôr em agenciamento uma linguagem, um discurso sobre a representação, é a inadequação dessas ações mediante o imenso “painel de registro das contradições de Mato Grosso do Sul”, como observou a professora Maria da Glória Sá Rosa, com sua fina percepção da cultura (SÁ ROSA *Apud* ZILIANI, 2000, p. 77).

De outro lado, na literatura regional, em um de seus textos mais amplamente conhecido e explorado, “Genocídio”, o autor propõe uma vigorosa denúncia da condição de expropriação e espoliação a que tem sido submetido o índio e sua cultura em toda a região sul do Estado. “Genocídio”, poema-apólogo do quase extermínio da população indígena local, ao lado do poema “Índia velha”, outro símbolo do clamor indígena, tornam patente a metáfora do “corpo despedaçado”, na medida em que a representação do regional constrói-se sobre os signos do arcaico e do moderno: de um lado, o universo indígena, sofredor do processo de aculturação, de outro, o mundo urbano criado pelo homem branco. (PERENTEL, 1999, p.20). Neste nível, o poema “Genocídio” compõe-se de um outro texto cujos sentidos entranham-se na análise do próprio poema: “a poesia é suja de som? De sonhos / de sangue de signos. / (...) a poesia lê o mundo / inventa outros / mofa nas gavetas / arranha paredes / perturba a ordem pública / e protesta nas praças pela paz”.⁸ Como se lê nestes outros versos, pelos quais o poeta é nacionalmente conhecido: “poesia não compra sapato mas como andar sem poesia?”. O conjunto da obra, e o próprio título *Margem de*

⁸ Cf. MARINHO, E. *Margem de papel* (1994). Também “Teré” (2002), em Cd-room, é um disco em que MARINHO homenageia a cultura e as Aldeias Indígenas de Dourados-MS.

papel, deixa-se indexar ostensivamente sob os restos, as margens e as multifaces do conturbado solo que constitui a representação cultural: ou seja, o corpo despedaçado do texto, na sua matriz representativa, atua sobre o emaranhamento da problemática identidade *versus* representação, e o texto acaba atuando, ainda, como margem de papel, e da folha, indicando o macrotexto sócio-político-cultural que compõe a região – o entorno do Pantanal mato-grossense. Aliás, o próprio processo de reduplicação de um único tema, o “genocídio”, evidencia deslocamentos agenciadores de possibilidades plásticas, na medida em que os dois textos escritos sob um mesmo título – Genocídio – desdobram o eixo temporal em sua simultaneidade de passado e presente. Da perspectiva do autor, poeta-artista-ator, o refrão “tem pão velho?” – ato performático de crianças indígenas batendo palmas nos portões –, que se repete ao longo das seis partes do poema, dramatizando a dilaceração do elemento indígena, finda, no segundo texto e segunda versão de “Genocídio”, absorvido plenamente pela matriz poética, lírica do poema que, agora, encerra em si o espaço e o tempo da sua representação, no qual a temática da realidade, o elemento indígena potencializado já pelo paratexto-título, permite-se ler na própria materialidade do ser poético, uma vez que “a poesia é suja de sangue e de signos”.

CENAS DIÁRIAS DE UMA GUERRA ENTRE IRMÃOS

Dos mais importantes jornais diários, impressos, no Estado de MS, três deles têm mantido, nos últimos anos, uma pauta constante sobre a questão indígena e, *grosso modo*, sobre as Reservas Indígenas de Dourados. Com uma intensidade assim, é da ordem do cotidiano acompanharmos tanto as festividades envolvendo o povo indígena, como as festividades dos nossos vizinhos paraguaios, que celebram o fato de Asunción ser eleita, pelo Bureau Internacional de Capitais Culturais, a Capital Americana da Cultura e referência cultural das Américas, para o ano de 2009. Refletindo este clima de celebração, as obras do artista plástico Oséias Leivas Silva busca “inspiração nas aldeias”, realizando através de seu trabalho a construção de um roteiro e mapeamento das etnias indígenas brasileiras, desde o Sul até a região amazônica. Cujas idéias iniciais, segundo o artista: “é realizar uma expedição que estamos chamando provisoriamente de Exposição Etnias do Brasil Ancestral, com a proposta de captar dados e informações para montar um panorama atual dos costumes, tradições e maneiras de viver de nossos povos indígenas.” (O Progresso, 23/08/08). As obras de Oséias têm o rosto como foco de abordagem que visa a retratar: “Só a parte do rosto é importante. É nele que está a representação verdadeira de cada ser. [...] Porque são o homem e sua história o que mais me fascina; nenhum homem está

mais ligado à terra do que o índio e ninguém a compreenderá melhor”, escreve o artista em sua entrevista a “O Progresso”. Ainda, sobre as festividades no meio indígena, lê-se também a promoção de desfiles de “meninas índias na passarela”, num prolongamento das propagandas acerca da beleza, da exploração e da atração infanto-juvenis, como freqüentemente acontece, alardeando-se concursos e passarelas de meninas-crianças. (O Progresso, 26/08/05).

Entre uma cena e outra, assistimos à repetição do drama dos irmãos “brasiguaios”. A República do Paraguai, nosso país vizinho, acolheu expressivas levadas de brasileiros da fronteira, sem mencionar o trânsito livre de indígenas que vão e vêm, naturalmente, como resultado da nossa condição de fronteira viva com o Paraguai. A onda de xenofobia cresce, pois que o número de 400 mil brasileiros no Paraguai, que só perde em número de imigrantes brasileiros para os Estados Unidos, é pauta a ser considerada pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul) e pela instalação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), pois, como observa um dos nossos parlamentares “milhares de brasileiros que optaram por morar, trabalhar, investir e criar suas famílias no Paraguai, estão sendo tratados como inimigos do povo paraguaio.” (O Progresso, 19/11/08).

Ao lado disso tudo, um clima geral de animosidade se acirra no embate da movimentação indígena e na resposta belicosa dos produtores da região do Centro-Sul do estado. Uma crônica tão extensa que inclui desde o papel da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a intervenção do Ministério Público Federal em constantes negociações, ambos arrastando uma tentativa de solução sempre adiada, presa nos meandros da burocracia do Estado e na ação reativa dos produtores que temem pela real e iminente invasão de suas terras. Desde que a Funai editou as portarias para identificar e demarcar terras indígenas em 26 municípios do estado, com os antropólogos iniciando as atividades inerentes ao seu ofício, a arena dos embates verbais, da rivalidade entre poderes, incluindo o Sindicato Rural de Dourados, a Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul) e a atuação representativa do Governo do Estado, com a sinalização de que um terço do mapa do estado sombreado como terra a ser “demarcada”, tudo isso carregou água para o moinho/propaganda/ideológico da “produção” como atividade inamovível dentro do processo histórico, daí resultando o *slogan* “Produção sim / Demarcação não” – que virou faixa afixada nas ruas de Dourados e que continua a provocar os ânimos entre as partes, incluindo, inusitadamente, a manifestação do Bispo Diocesano de Dourados. O presidente da Famasul acusa a Funai de estar tentando fugir do debate sobre a demarcação das terras indígenas. (Correio do Estado, 04/09/08). O Bispo de Dourados, reunido com mais de 300 produtores, preocupado com os boatos sobre o apoio da Santa Igreja às portarias, veio a público colocar sob suspeita a

atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ONG ligada à CNBB, que lhe parecia estar mais a serviço dos interesses do próprio Cimi do que a serviço de Deus. Apesar de diferentes organizações sociais do Estado, entre elas a Comissão Pastoral da Terra, O Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, a Central Única dos Trabalhadores e o CIMI terem decidido apoiar as portarias da Funai, o “Bispo orienta os fiéis para que não assinem documento do Cimi por demarcação”, critica o radicalismo, mas defende o direito do Cimi se manifestar, por entender tratar-se de um “movimento social que não pode ser demonizado porque também desenvolve ações positivas em favor dos nossos irmãos índios.” Mas, antes o Bispo enfatizara: “Não concordo que se faça justiça aos direitos dos índios, com a injustiça sobre os direitos dos produtores”. (O Progresso, 15/09/08). Ainda, falando para os produtores rurais, é interessante verificar como o Bispo demonstra notável conhecimento da situação e do propalado apoio da CNBB às portarias da Funai: “Ante as perplexidades suscitadas pela notícia, a Diocese de Dourados, em cujo território vivem aproximadamente 35.000 índios, radicados em 21 dos 36 municípios que a compõem, sentiu-se na obrigação de esclarecer a opinião pública.”, explicou. (Idem).

Ainda que longa e fastidiosa a pendenga, que será objeto de debates de antropólogos e articulistas em jornais, incluindo *O Estado de S. Paulo*, ela continua na ordem do dia e do discurso, sustentando uma discursivização, onde, agora, a 4ª Subseção da Ordem dos Advogados e o Ministério Público Federal fazem reunião, no dia 10/09/08, com setores organizados da sociedade douradense para discutir as portarias editadas pela Funai. Neste dia, o procurador da República permaneceu por quatro horas respondendo perguntas de dirigentes do Sindicato Rural de Dourados e da Federação de agricultura e Pecuária do Estado, além dos representantes de entidades ligadas ao comércio, como CDL, Aced, Sindicom, Acomac, Câmara Municipal, Agraer, Iagro, Ibama e das entidades de classe como Associação dos Engenheiros Agrônomos e do Sindicato dos Contabilistas de Dourados. (O Progresso, 11/09/08). Em seguimento, o Presidente da Funai com o Governador do Estado, em reunião no Palácio, firmam acordo de suspensão das portarias, prometendo que as terras só serão “demarcadas” mediante a garantia de pagamento justo e adequado pelas propriedades, entendendo-se terra nua e benfeitorias. Daí, duas decisões pareceriam pôr fim, senão protelar, a não solução do conflito: além de substituir as portarias publicadas no Diário Oficial da União, no mês de julho, a Instrução Normativa, um texto ainda a ser aprovado pelo governo do Estado, pela União e publicado no Diário Oficial, suspendia os estudos antropológicos nas aldeias da região Sul do Estado, sem prazo para sua retomada. De outro lado, somente será definida qualquer demarcação de terra indígena quando houver previsão no orçamento geral

da União para os pagamentos referidos. Enquanto isso, as aldeias de Antonio João, Amambai, Aral Moreira, Bela Vista, Bonito, Caarapó, Caracol, Coronel Sapucaia, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Iguatemi, Japorã, Jardim, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rio Brilhante, Sete Quedas, Tacuru e Vicentina serão estudadas para a possível ampliação das terras indígenas. (Cf. O Progresso, 17/09/08). Diante do que parecia um sentimento de frustração, o Deputado Pedro Kemp avaliou importante a “desmistificação” das informações de que a Funai visava a desapropriar quase um terço das terras de Mato Grosso do Sul: “O que não é verdade. Também não há intenção da Funai em demarcar áreas contínuas, (...). Acho que para acabar com os conflitos é preciso a demarcação de terras, isso vai ser a garantia de que não haverá mais conflitos no futuro, de que alguém compre terras sem correr o risco de saber lá na frente que a terra é indígena.” (Idem).

Durante todo o mês de novembro, a questão indígena continuou na pauta dos jornais, seja por motivos aparentemente diferentes do foco de tensão, seja tomando o tom de denúncias, como noticiou “O Correio do Estado”, jornal da capital, no dia 13/11/08. Intitulada “Tensão no campo”, matéria com a produtora rural Roseli Maria, da ONG Recovê, acusa ex-guerrilheiros e ONGs internacionais de contribuírem para inflamar o conflito entre produtores rurais e indígenas. Segundo ela, “somos todos vítimas de um sistema que defende o conflito”, e que os índios seriam vítimas da manipulação de ex-guerrilheiros. O sistema de confronto estaria sendo orquestrado a partir da Comissão de Política Indigenista (CNPI), cuja reunião no estado visaria a discutir substitutivos para o Estatuto do índio, com reuniões realizadas em 10 estados brasileiros, mas extrapolando sua missão ao abordar questões como a demarcação das terras indígenas e comprovação da origem do índio como foco da discussão: “Eu tenho a pauta de todas as reuniões e sabemos que questões políticas estão sendo definidas. a minha preocupação é com a falta da participação da sociedade no debate de questões que vão repercutir na vida de todos os brasileiros.” (Idem, p. 13). Em sua conclusão, no discurso que fez na Assembléia Legislativa, Roseli afirmou que os produtores não vão entregar suas terras para o confisco: “Nós derramaremos até a o último sangue nosso, mas nós vamos defender o que é nosso”. Na perspectiva de Roseli, a questão indígena resulta em simples ideologização, uma vez que o Governo e as ONGs não se preocupariam com a sociedade produtiva brasileira, nem mesmo com os povos indígenas: “Não podemos entregar nosso Brasil aos guerrilheiros do passado que hoje se postam de heróis”.

Enquanto isso, a questão vai perdendo em qualificação do debate, e desviando seu foco para questões varejistas do problema. No dia 21 de novembro, o líder ruralista de Dourados, Gino José Ferreira, recém eleito vereador, ataca o

Presidente da Funai que não vai anular as seis portarias publicadas em julho, e a partir do Sindicato rural de Dourados, convoca os produtores rurais: “Quem tem terra escriturada pelo próprio governo não pode ter a propriedade violada por antropólogos, pela Funai ou por quem quer que seja e vamos bater às portas da Justiça para fazer valer o direito que é assegurado pela Constituição Federal” e lembra que os danos sociais causados pelas portarias 788, 789, 790, 791, 792 e 793 editadas pela Funai com o objetivo de realizar estudos antropológicos em 26 municípios de Mato Grosso do Sul são profundos. No seu entender, os problemas vivenciados pelos indígenas da aldeia de Dourados derivam exclusivamente não da falta de terra, mas que sua situação degradante decorre do fato de os índios “ficarem mais de 40 dias sem água por causa de problemas na bomba do poço artesiano”. E que essa falta de água decorre do fato de a Funai gastar milhões de reais dos cofres públicos para bancar os altos salários dos antropólogos que estão à frente dos grupos de trabalho, bem como as mordomias dos seus funcionários. Entretanto, o fato é que as portarias da Funai que estão sendo normalizadas atingirão propriedades rurais em todos aqueles municípios anteriormente mencionados. (O Progresso, 21/11/08).

De fato, duas edições d’ “O Progresso” estampam “Índios prometem bloquear o trânsito” e “Índios recorrem a bebedouro de gado”, informando que os índios consomem água suja de bebedouros de gado de fazendas e que, segundo a Funasa, as quatro bombas colocadas queimaram, deixando as famílias sem água potável. (Cf. O Progresso, 17 e 20/11/08).

Como vemos, parece que saímos de um problema de grande proporção, gigantesco, conflituoso, para cair numa armadilha bem pequena, a falta de água nas aldeias indígenas. Com torneiras secas há mais de dois meses, índios dizem que a Funasa é procurada e não atende reclamações das famílias. “Temos que usar água suja para beber e cozinhar, mas poderíamos buscar água ali se eles (a Funasa) colocassem torneiras nos poços” – justifica a índia guarani Rosalina Sanches. “Os meninos ficam com febre, mas não em outro jeito”, diz a índia caiuíá, mãe de cinco crianças. “Fui andando ate a Funai pedir para eles resolverem este problema e eles mandaram procurar a Funasa, mas também não fui atendida, (...). Fui na Prefeitura pedir para mandar um carro-pipa aqui na aldeia e eles disseram que era serviço da Funai e da Funasa, (...). Como não tem outro jeito a gente da esta água para as crianças, e quanto elas ficam doentes, o médico ainda briga com as mães.” (O Progresso, 26/11/08).

Em matéria desta semana, “Índios não estão sem água, diz Funasa”, o coordenador regional da Funasa discorda que os índios estejam sem água há mais de 40 dias e que a bomba foi consertada todas as vezes. No entanto, o capitão da

Aldeia ressaltou que os problemas de falta de água na reserva indígena são freqüentes e as reclamações para a construção de um poço para aumentar a demanda não têm sido atendidas. (O Progresso, 25/11/08).

Por fim, a ONG Índias em Ação, cuja diretoria é composta por mulheres índias que têm formação de nível superior, representada pelas etnias terena, caiuas, guarani, kaingang e xavantes, denuncia, em manchete d' "O Progresso", de 27/11/08, o descaso nas aldeias de MS. Em suma, elas denunciam o descaso de organismos oficiais como a Funai e a Funasa na atenção básica as famílias que vivem nas aldeias do Estado: "Além de falhar na execução dos projetos, esses organismos decidem lá em Brasília o que é melhor para os índios aqui em Dourados e nas demais aldeias de Mato Grosso do Sul" – reclama a pedagoga Dirce Veron, presidente das Índias em Ação. Nesse entretempo, o presidente do Sindicato Rural, na mesma edição do jornal "O Progresso", acusa a Funasa pela omissão com os indígenas e pede água nas aldeias, estendendo o problema da falta de água para outras aldeias, e indaga: "Como é possível uma autarquia com um orçamento bilionário permitir que famílias inteiras fiquem sem água potável por semanas.?"

Assim, dificilmente pareceria, a qualquer um de nós, que os dilemas e dilacerações das Reservas Indígenas de MS vêm decrescendo em importância, ao ponto de se resumir a uma bomba de água.

DENTRO DA ARENA: os silenciados

O lingüista Rogério Ferreira, professor da UFMS, estudioso de línguas indígenas, bem traduziu a condição de perplexidade e de ambigüidade que caracteriza o lugar desconfortável da testemunha dos debates, dentro de uma arena na qual uma das partes parece condenada ao "silêncio":

Lendo as reportagens sobre o problema da demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul e em outras localidades, me sinto dividido: de um lado, compreendo alguns agricultores e pecuaristas (os que estão efetivamente produzindo), (...). Por outro lado me solidarizo com a questão indígena, pois os índios foram expurgados de suas terras, sem que pudessem fazer nada, na época em que a lei nada valia para os silvícolas, mas privilegiava o branco. (Diário MS, 09/10/08).

De resto, o artigo expõe, resumidamente, a diatribe e o maniqueísmo que atravessa a questão, lembrando que a Constituição, há pouco aprovada, dá voz ao índio e o que assistimos, hoje, é uma inversão dos eventos nos quais "os proprietários de terras esperneiam com a possibilidade real de demarcação". De fato, o

lema “Produção sim / Demarcação não”, como vimos, revela mais do que um lema, um sujeito de enunciação inscrito em um universo de contradição, dividido e atônito diante de um problema real, a situação dos povos indígenas. Não à toa, tentativas de desqualificação do trabalho de antropólogos e de Ongs e do próprio estado-nação aparecem açodadamente, não com a perspectiva interessada pelo Outro, no caso o índio sem voz, minoria marginalizada, mas também parte constitutiva das margens da nação. O professor Rogério Ferreira, excelente linguísta, tem razão ao desmontar o articulista que assim se refere aos “...ditos antropólogos” e os “ditos estudos filosóficos”, ao argumentar com o ensaio “O lugar do índio”, de Duhan (publicado em *Novos Estudos Cebrap*, v.1, n.4, 1982 [republicado em “A dinâmica da cultura”, SP:Cosac Naif, 2004], que afirma:

[...] a questão com a qual deparamos é a de definir um lugar para o índio na sociedade nacional. [...] Nasceu com a formação da colônia e vem sendo recolocado até hoje, de modo sempre um pouco diferente, mas também sem encontrar nunca uma solução. (Op. cit., p.298).

Diante deste quadro, como pano de fundo, ocorreu a posse do novo presidente do Sindicato Rural de Dourados. É ainda o jornal “O Progresso” que traz excertos do discurso inflamado, pleno de bravatas de um sequioso defensor da propriedade e da Constituição, em matéria intitulada “Zeuli assume defendendo a produção” e subintitulada “Vamos trabalhar para resgatar o respeito com o produtor, pois não somos os bandidos e sim os mocinhos”. Nenhum comentário se acrescentaria. Nem à assim “escritura” deste enunciado discursivo, nem ao nosso próprio comentário. Apenas talvez registrar que se trata do principal sindicato rural do interior do Estado e um dos principais do Centro-Oeste brasileiro⁹.

Concluindo, retomemos o contraste entre as vozes presentes na arena, da classe letrada/cidade letrada e da cidade mesma, de um lado, e dos sem voz, sem letra expurgados para as margens da nação, nos campos e rincões da pátria, de outro lado. A mesma matéria de “O Progresso” traz, emblematicamente, uma parte com o subtítulo “Constituição”, na qual ainda se lê “Zeuli deixou clara sua posição diante da ameaça de demarcação de terras.”; que será o general de todos os produtores na cruzada a favor da produção: “Se o governo federal quer guerra, daremos a ele a guerra que está procurando.” No nosso entender, o foco da questão passa e continua a ser uma querela a entreter o “comboio de cordas”, como diz o poeta, do homem branco na sua insaciável loquacidade – vocábulo erudito e híbrido de loquaz e cidade, representando o poder de falar. Poder de

⁹ Cf. Jornal “O Progresso”. 1º/12/08. p. 5.

falar que, se de certo modo foi perdido pelos constrangimentos próprios do direito de falar somente enquanto autorizado, ainda constitui privilégio e *modus operandi* da classe letrada, que tem no cinema, por exemplo, um espaço reservado para exibir uma linguagem “traduzida” e compensatória das suas próprias mazelas e da época. Como assisti hoje, no cinema de Dourados, ao mais que oportuno, excelente, filme “Terra Vermelha”,¹⁰ do italiano Marco Bechis, que bem pode ser um estímulo ao debate consciencioso entre todos que habitamos e povoamos a “terra de Antonio João”, o lugar onde ocorreram as locações do filme. De outro lado, também somos constrangidos pela indignidade de falar pelos subalternos que “ainda não podem falar por si”, cuja voz permanece como subalterna, e que a autoridade de falar pelo outro tem de ser questionada. Se cresce a consciência de que tudo passa pela democratização do universo social, “tomar consciência do problema já é um passo em direção, talvez, não a uma solução, mas ao menos a uma discussão honesta”, a qual conduz naturalmente à conclusão de que a injustiça social possui duas facetas, uma econômica e outra cultural. O que, segundo Dalcastagnè (2008)¹¹, significa que a luta contra a injustiça inclui tanto a reivindicação pela *redistribuição* da riqueza como pelo *reconhecimento* das múltiplas expressões culturais dos grupos subalternos; uma vez que,

As classes populares possuem menor capacidade de acesso a todas as esferas de produção discursiva: estão sub-representadas no parlamento (e na política como um todo), na mídia, no ambiente acadêmico. O que não é uma coincidência, mas um índice poderoso de sua subalternidade. (DALCASTAGNÈ, 2008, p.79).

A esses outros, “Os silenciados”, como bem intitulou seu texto um outro lingüista de Dourados, professor da UFGD, talvez restasse ainda dizer:

E eles estão aí. Todos nós já os vimos perambular pelas ruas, numa esquina, numa praça ou mesmo vagando pelos cantos. Quem são? Não sabemos! De onde vêm? Aonde vão? Julgamos que vêm de fora, de outro lugar, de outro tempo que não mais deveria ser. Foi lhes dado um nome por conta de um desvio. Aparecem em bicicletas velhas, deformadas iguais a eles. Às vezes, em carroças movidas a pangarés ou à inércia, iguais a eles. Muitos vêm andando, com pés no chão, vestindo seus farrapos. Dentre eles, muitos são crianças, achamos, e há também mulheres e homens; sabe-se lá. Outro dia, um mexeu no meu lixo. Não me incomodei. Por que deveria?¹²

¹⁰ Cf. “O Progresso”. 03/12/2008. Também a Folha de S. Paulo, de 28/11/2008, traz a excelente a matéria “Filme lança olhar ambíguo sobre índios”, noticiando a estréia de “Terra Vermelha”.

¹¹ Cf. DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea, 2008, p. 78-107.

¹² Marcos Lúcio Góis. Os silenciados. “O Progresso”. 02/12/08.

Referências Bibliográficas

- DALCASTAGNÈ, Regina. Vozes nas sombras: representação e legitimidade na narrativa contemporânea. In:_. (Org.). *Ver e imaginar o outro: Alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Horizonte, 2008, p.78-107.
- DOCUMENTÁRIO da Cultura e da Arte Sul-mato-grossense. Filme. 1 CD-Rom. In: *Kit didático-pedagógico do projeto Arte, Cultura e Educação em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: FCMS / SEC, 2006.
- FERREIRA, Rogério Vicente. Terra Indígena. *Jornal Diário MS*. Dourados, 09 out. 2008.
- FLORES, Marcelo F. Trópico da saudade. In: *O Estado de São Paulo*. 23/11/2008.
- GÓIS, Márcio Lúcio. Os silenciados. *Jornal O Progresso*. Dourados, MS, 02 dez. 2008.
- LIMA, Rachel. Revisão do paraíso na aldeia global. *Revista Raído*. Programa de Pós-Graduação em letras da UFGD. v. 2, n.4, jul./dez. 2008. p.107-116.
- LUFT, V. J.; MAGHELLI, L.; RESENDE, J. Línguas indígenas: A questão puri-coroadó. In: *Caderno de criação*. Universidade Federal de Rondônia. Centro de Hermenêutica do Presente. Porto Velho. ano v, nº.15, jun.1998. p. 4-11.
- MARINHO. Emmanuel. *Margem de papel*. Dourados: Manuscrito Edições, 1994.
- _____. *Teré*. Manaus: Compact disc, 2002. 1 CD (80min): digital, estéreo.
- PERENTEL, Erenildes R. *O lirismo e a dramaticidade de Emmanuel Marinho*. Dourados: Editora Dinâmica, 2000.
- TETILA, José Laerte. *Marçal de Souza – Tupã 'I: Um guarani que não se cala*. Campo Grande: Editora UFMS, 1993, 122p.
- SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. Um outdoor invisível: Imagens do pantanal sul-mato-grossense. In: CARVALHAL, Tania Franco (Org.). *Culturas, contextos e discursos: Limiares críticos no comparatismo*. Porto alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999, p.175-183.
- SOUZA, Eneida Maria de. Crítica cultural em ritmo latino. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (Org.). *Literatura / Política / Cultura: (1994-2004)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.239-251.
- ZILIANI, J.C. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)*. 132f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – *Campus* de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000.
- Matéria de Jornal não assinada:
- INSPIRAÇÃO nas aldeias. *O Progresso*. Dourados, MS, 23 ago. 2008.
- OAB faz reunião de MPF com entidades. *O Progresso*. Dourados, MS, 11 set. 2008.
- DOMREDOVINO coloca Cimi sob suspeita. *O Progresso* Dourados, MS, 15 set. 2008.
- FUNAI já admite indenizar terra nua. *O Progresso*. Dourados, MS, 17 set. 2008.
- ASUNCION é eleita Capital da Cultura. *O Progresso*. Dourados, MS, 31 out.2008.
- EX-GUERRILHEIROS manipulam indígenas. *Correio do Estado*. Campo Grande, MS, 13 nov. 2008.

ÍNDIOS recorrem a bebedouro de gado. *O Progresso*. Dourados, MS, 17 nov. 2008.

XENOFOBIA contra brasiguaios. *O Progresso*. Dourados, MS, 19 nov. 2008.

ÍNDIOS prometem bloquear o trânsito. *O Progresso*. Dourados, MS, 20 nov. 2008.

GINO critica Funai e alerta produtor. *O Progresso*. Dourados, MS, 21 nov. 2008.

ÍNDIOS não estão sem água, diz Funasa. *O Progresso*. Dourados, MS, 25 nov. 2008.

FUNASA deixa a Aldeia Bororó sem água. *O Progresso*. Dourados, MS, 26 nov. 2008.

ONG denuncia descaso nas aldeias de MS. *O Progresso*. Dourados, MS, 27 nov. 2008.

GINO repudia falta de água na Bororó. *O Progresso*. Dourados, MS, 27 nov. 2008.

ZEULI assume defendendo a produção. *O Progresso*. Dourados, MS, 1º dez. 2008.

FUNASA verifica falta d'água na aldeia. *O Progresso*. Dourados, MS, 02/12/2008.